

42 Anos do PROANTAR

Ordem do Dia do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen

Brasília, 12 de janeiro de 2024.

"Não se pode proteger aquilo que não se conhece". (Vice-Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva).

Exortar insigne Chefe Naval traduz, de modo premissório, relevância do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), que se apegua à visão prospectiva para desenvolvimento, pesquisa e inovação relacionados às "Ciências do Mar" em águas argentinas.

O continente antártico ratifica, anualmente, sua importância para o futuro da humanidade. Como berço inesgotável de água doce, recursos vivos e não vivos; e pela influência que exerce na temperatura do planeta e nível dos oceanos, presta-se a opulento laboratório natural, onde a comunidade científica busca elucidar fenômenos diversos da atmosfera, espaços marítimos e vida na Terra.

O Brasil reconheceu, em 1975, o valor geoestratégico dessa porção com a adesão ao Tratado da Antártica. Instrumento jurídico imprescindível, estabeleceu, em 1959, a governança multinacional para atividades no continente, voltada, precipuamente, à paz e preservação, e priorizando a ciência em detrimento de quaisquer interesses econômicos, territoriais ou políticos. Inicialmente, coube ao Brasil as tarefas de pesquisar e se estabelecer em solo antártico.

Ações que levariam, por decorrência, a participação do Estado nas decisões acerca do futuro do continente. Em 12 de janeiro de 1982, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) recebeu a responsabilidade pela estruturação e consecução do PROANTAR.

A Marinha do Brasil (MB), atenta à conjuntura, prestamente buscou meios que possibilitassem transporte de pessoal até a Antártica, resultando na obtenção do Navio de Apoio Oceanográfico "Barão de Teffé". No verão, entre 1982 e 1983, preâmbulo da Operação Antártica (OPERANTAR I), iniciou singradura, acompanhado pelo Navio Oceanográfico "Professor Wladimir Besnard", da Universidade de São Paulo, em um claro indicativo

da sinergia que une, há muito, Força Naval e Academia. O Brasil foi aceito como parte consultiva do Tratado em 1983, tornando-se, então, membro de um seleto grupo de 29 Nações responsáveis pelos desígnios do continente austral.

Fruto do trabalho cômsona com a Força Aérea Brasileira (FAB), ainda em 1983, houve o primeiro pouso de uma aeronave de asa fixa brasileira na Base Antártica Chilena "Presidente Eduardo Frei Montalva", o que conferiu dinamismo e versatilidade às atividades do Programa. Na OPERANTAR II, em 1984, a conclusão dos primeiros módulos, que deram contorno à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), foi a pedra fundamental da presença do Estado e embrião da base para a comunidade científica na Antártica. A exórdia invernação de um Grupo-Base ocorreu em 1986 e, desde então, a honra da Nação mantém-se altiva com o Pavilhão Auriverde presente no continente branco.

Com a sua implantação, a EACF, no decorrer dos anos, sofreu processo gradativo de modificação. Inaugurada, em 2020, a mais nova Casa do Brasil na Antártica dispõe de instalações amplas e modernas, que aliam tecnologia e sustentabilidade ao desenvolvimento da pesquisa. Junto aos refúgios "Emílio Goeldi", na Ilha Elefante, e "Astrônomo Cruis", na Ilha Nelson; e aos módulos autônomos "Criofera 1 e 2", localizados em porção interior ao continente, constitui pujante infraestrutura fixa de apoio à Ciência.

Nesse bojo, a Força Naval segue firme e comprometida como responsável pela logística robusta necessária à laboração do PROANTAR. Para tal, possui o Navio Polar "Almirante Maximiano" e Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel", e respectivas aeronaves orgânicas, para realizar o transporte de pesquisadores para coleta de amostras; condução de projetos embarcados; e estabelecimento de novos equipamentos e acampamentos temporários. Conduzem, concomitantemente, levantamentos hidrográficos essenciais ao aprimoramento da segurança da navegação e

salvaguarda da vida humana no mar em inóspita região.

A partir de 2025, terá incorporado às lides antárticas o Navio Polar "Almirante Saldanha". Por ora, em construção no Estaleiro Jurong Aracruz, no Espírito Santo, e cujas capacidades aperfeiçoadas para operação em águas gélidas permitirão ampliar a área de atuação e trará maior agilidade ao Programa.

No momento, encontra-se em curso a 42ª Operação Antártica (OPERANTAR XLII), que encerrará a fase de obtenção, in loco, de dados essenciais à conclusão do plano de trabalho vigente para projetos científicos. Para anos vindouros, foi lançado, em maio de 2023, o novo Plano de Ação para a Ciência Antártica (2023-2032), que celebra longo programa de pesquisas e proporcionará diversidade e amplitude para atuação da comunidade científica.

A CIRM, em um contexto interdisciplinar e colaborativo, perfaz, pois, ferramenta essencial ao estabelecimento das diretrizes que dão efetivo seguimento às intenções do Brasil na Antártica. Desta feita, ocasião em que se celebra o quadragésimo segundo aniversário do PROANTAR, importante enaltecer o esforço empreendido por antecessores pela causa nobre; e manifestar cumprimentos aos parceiros nesta jornada: Pesquisadores, Militares, Diplomatas e Servidores de Ministérios e Instituições, que se dedicam, incansavelmente, a esse auspicioso Programa de Estado.

Por derradeiro, rendo justa homenagem ao responsável último pelo êxito até aqui alcançado pelo PROANTAR: o povo brasileiro. Assevero-lhe que "Marinheiros", a despeito da intensidade dos ventos austrais, labutarão pelo perene hastear da Bandeira Nacional no Sexto Continente, ecoando o esplendor do Cruzeiro do Sul e o destemor de um povo que, ao almejar desenvolvimento e prosperidade para o seu País, "não teme, quem te adora, a própria morte"!

Tudo pela Pátria e pela Marinha!



Presença no continente gelado por meio da pesquisa



O PROANTAR, ao celebrar 42 anos de atuação, é o projeto científico mais duradouro do Brasil e vem garantindo progresso nos estudos sobre fenômenos naturais que ocorrem no continente gelado e que, conseqüentemente, influenciam o meio ambiente em todo o mundo.

O programa apoia pesquisas em várias áreas do conhecimento, abrangendo questões ambientais, climáticas, médicas e tecnológicas. Ao longo de quatro décadas, consolidou-se como um importante instrumento para a compreensão sobre como acontece a interação entre os sistemas climáticos, o impacto das mudanças ambientais e a preservação da biodiversidade única da Antártica.

É importante ressaltar que, conforme estabelecido no Tratado da Antártica, a condição essencial para que um Estado seja considerado Membro Consultivo é a realização de pesquisas científicas robustas na Antártica, somente possível com a capacidade da Marinha de manter, de forma perene, uma Estação naquele continente. Assim, o PROANTAR garante ao Brasil a manutenção de sua condição de Membro Consultivo.

Anualmente, o PROANTAR faz o planejamento, a coordenação e a execução da OPERANTAR. Os trabalhos são desenvolvidos em campo e na EACF. São também utilizados para apoio às pesquisas, os laboratórios a bordo dos Navios de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel", e Polar "Almirante Maximiano", além das estações estrangeiras parceiras do Brasil.

A OPERANTAR atua no suporte logístico a projetos de pesquisa e no lançamento e recolhimento de acampamentos científicos. Além disso, a operação contribui para o levantamento hidrográfico do "Plano de Trabalho de Hidro-



grafia", liderado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil.

2024: ano de comemorações

Outra importante celebração, em 2024, será o aniversário da CIRM. O órgão, criado em 12 de setembro de 1974, tem o objetivo de coordenar as ações relativas à Política Nacional para os Recursos do Mar, além de exercer as competências previstas no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, como parte da Política Nacional para os Recursos do Mar e da Política Nacional do Meio Ambiente.

Ao longo de cinco décadas, a CIRM contribuiu para conquistas políticas importantes para o País, como a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, em 1975, e a criação do PROANTAR, em 1982, o que propiciou o início das operações antárticas no mesmo ano e a conseqüente elevação do País a membro Consultivo do Tratado. Outro marco foi a elaboração da Política Nacional para os Recursos do Mar, em 1980, que possibilitou as condições necessárias para o Brasil ser o segundo país a apresentar na ONU o requerimento de extensão da Plataforma Continental. Nos anos seguintes, o trabalho conduzido na subcomissão do LEPLAC ampliou o mar que pertence aos brasileiros, a nossa Amazônia Azul, para 5,7 milhões de Km², um verdadeiro legado para as futuras gerações. Com o passar dos anos, a CIRM foi ampliando suas ações e representatividade, tendo fomentado a formação de centenas de mestres e doutores, pesquisadores das ciências do mar e da Antártica e coordenado a pesquisa e a exploração sustentável dos recursos do mar, sempre buscando desenvolvimento e qualidade socioambiental para o País.

